



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO Nº 5182/2026-69 (COMPLEMENTAR)

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 047/2026, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Jorge Luiz de Souza

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Administração presta os esclarecimentos a seguir, com base nas informações técnicas fornecidas pelo órgão competente.

A Secretaria Municipal de Gabinete informa e ressalta, primeiramente, que a publicidade é tanto um direito do cidadão, quanto um dever do gestor público, decorrente do princípio constitucional que traduz esse mandamento, qual seja, o princípio da publicidade, que se aplica a todos os entes federativos e abrange tanto a administração direta quanto a indireta, vejamos:

Constituição Federal

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência. (grifamos)

Com efeito, a publicidade envolve a transparência da gestão pública, a qual se traduz como sendo o dever da Administração Pública de tornar públicos os seus atos, para sua validade e eficácia, bem como garante o acesso dos cidadãos a informações claras, precisas e compreensíveis sobre sua gestão, a teor da Lei de Acesso à Informação, Lei Federal nº 12.527/2011.

Oportuno abrir um parêntese para trazer a lume que a LAI é de fundamental importância para o controle democrático da Administração Pública, pois visa garantir a todos os cidadãos o direito de ter acesso a dados públicos, incentivando a transparência e o combate à corrupção.

A correlação entre a publicidade, controle democrático e persecução do interesse público é bem explicada pelo Professor Celso Antônio Bandeira de Mello:

Deveras, se os interesses públicos são indisponíveis, se são interesses de toda a coletividade, os atos emitidos a título de implementá-los hão de ser exibidos em público. O princípio da publicidade impõe transparência na atividade administrativa exatamente para que os administrados possam conferir se está sendo bem ou mal conduzida.

(...) Consagra-se nisto o dever administrativo de manter plena transparência em seus comportamentos. Não pode haver em um Estado Democrático de Direito, no qual o poder reside no povo (art.1º, parágrafo único, da Constituição), ocultando dos administrados os assuntos que a todos interessam, e muito menos em relação aos sujeitos individualmente afetados por alguma medida.

Tal princípio está previsto expressamente no art. 37, caput, da Lei Magna, ademais de contemplado em manifestações específicas do direito à informação sobre os assuntos públicos, quer pelo cidadão, pelo só fato de sê-lo, quer por alguém que seja pessoalmente interessado. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. ed. São Paulo: Malheiros, 2007)

Em inúmeros julgados, o Supremo Tribunal Federal aplica o princípio da publicidade em casos concretos, como no Agravo Regimental da Suspensão de Segurança 3902 – São Paulo, que questionava a obrigatoriedade de publicizar a remuneração dos servidores públicos, a Corte Constitucional estabeleceu vínculo indissociável entre o princípio da publicidade e o princípio republicano, merecendo destaque os seguintes trechos, verbis:

(...)

3. A prevalência do princípio da publicidade administrativa outra coisa não é senão um dos mais altaneiros modos de concretizar a República enquanto forma de governo. Se, por um lado, há um necessário modo republicano de administrar o Estado brasileiro, de outra parte é a cidadania mesma que tem o direito de ver o seu Estado republicanamente administrado. O 'como' se administra a coisa pública a preponderar sobre o 'quem' administra – falaria Norberto Bobbio –, e o fato é que esse modo público de gerir a máquina estatal é elemento conceitual da nossa República. O olho e a pálpebra da nossa fisionomia constitucional republicana. A negativa de prevalência do princípio da publicidade administrativa implicaria, no caso, inadmissível situação de grave lesão à ordem pública.

4. A negativa de prevalência do princípio da publicidade administrativa implicaria, no caso, inadmissível situação de grave lesão à

Nesse sentido, esclarecemos também que os serviços de publicidade institucional foram contratados por meio do Processo Licitatório nº 198/2022, modalidade Concorrência Pública nº 07/2022.

Assim, a presente contratação obedece tanto à Lei Federal nº 12.232/2010 (Normas Gerais relativas à publicidade na Administração Pública), como a Lei Federal nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos), logo, juridicamente perfeito o ato de contratação.

Quanto ao valor indicado pelo Nobre Vereador, o qual não condiz com o que consta no contrato, o mesmo foi estimado em R\$ 1.950.000,00 (vide cláusula segunda do 3º Aditivo ao Contrato 146/2022), pelo prazo de 12 meses, tampouco com o valor efetivamente despendido no exercício de 2025, que foi de R\$ 1.403.218,51. Ademais, cumpre salientar que esta licitação não sofreu qualquer reajuste desde a sua celebração, em 24/10/2022.

Prestados os devidos esclarecimentos, passa-se a responder o efetivamente questionado:

1. Execução orçamentária:

RESPOSTA: Vide Relatório Analítico de Empenhos - anexo. Complemento: NÃO HOUVE SUPLEMENTAÇÃO.

2. Contratos de Publicidade:

RESPOSTA: Todos os dados podem ser acessados pelo link: <https://www.jaguariuna.sp.gov.br/portais/licitacoes/?p=32678>

3. Campanhas e Veiculação:

RESPOSTA: Vide relatório "Campanhas realizadas pela contratada de janeiro a dezembro de 2025" - doc. anexo.

4. Cruzamento com a Saúde:

RESPOSTA: Vide manifestação da Secretaria de Saúde - doc. anexo.

São essas as informações que se apresentam para o momento.

Renovam-se os votos de elevada estima e distinta consideração

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA
ESTADO DE SÃO PAULO
Ressalva Federativa do Brasil

Relatório de Analítico de Empenhos
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA - 2025

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

Empenho	Tipo Emp	Data	Ficha Credor	Fonte	Cod. Apl	Empenhado	Anulado	Liquidado	Liq Anulado	Pago	Anul Pago	A Liquidar	Liq a Pagar	A Pagar
852	G	02/01/2025	31 NOROESTE COMUNICACAO LTDA	1	110.0000	1.000.000,00	208,11	1.020.525,35	20.733,46	998.791,89	0,00	0,00	0,00	0,00
15113	G	01/10/2025	31 NOROESTE COMUNICACAO LTDA	1	110.0000	80.998,91	394,03	96.247,84	15.642,96	80.604,88	0,00	0,00	0,00	0,00
15713	G	22/10/2025	31 NOROESTE COMUNICACAO LTDA	1	110.0000	136.000,00	1.051,31	134.948,69	0,00	134.948,69	0,00	0,00	0,00	0,00
16225	G	22/10/2025	31 NOROESTE COMUNICACAO LTDA	1	110.0000	325.000,00	0,00	194.543,05	6.670,00	187.873,05	0,00	137.126,95	0,00	137.126,95
TOTAIS LISTADOS NO PERÍODO: 4						1.541.998,91	1.653,45	1.446.264,93	43.046,42	1.403.218,51	0,00	137.126,95	0,00	137.126,95

PROJETOS JAGUARIÚNA 2025

PREFEITURA DE JAGUARIÚNA

Campanhas Veiculadas
Jan./Dez 2025

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
MUDANÇA DA SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE	PRÉ-CAASTRO HABITACIONAL	PLANO PLURIANUAL	PÁSCOA	DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE	CENTRO MUNICIPAL DO AUTISMO	FESTIVAL DE FÉRIAS	PARTO HUMANIZADO	ANIVERSÁRIO 71 ANOS	FESTA DAS CRIANÇAS	DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	DENGUE
INSCRIÇÃO ESCOLA DAS ARTES	DESENVOLVE NOS BAIRROS	RÁDIO MUNICIPAL ESTRELA FM	COMBATE AOS MAUS TRATOS ANIMAIS	CAVALARIA ANTONIANA	CAFÉ COM VIOLA	CEJA	FEIRÃO DE EMPREGOS	AMADORZÃO 2025	NOVEMBRO AZUL	NATAL 2025	FESTIVAL DE FÉRIAS - JANEIRO
CARNAVAL 2025	CAFÉ COM VIOLA	PROGRAMA QUALIFICA JAGUARIÚNA	PROJETO DESENVOLVE COM JOVENS	PROJETO ESCOLA DAS ARTES NOS BAIRROS	DIA DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA	FESTIVAL DE INVERNO	ESCOLA DAS ARTES	COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ÁGUA	PREVENÇÃO AO DIABETES	PROUNI MUNICIPAL	JANEIRO BRANCO
COLETA SELETIVA	DIA INTERNACIONAL DA MULHER	FEIRA DE EMPREGABILIDADE	MAIO LARANJA	PROJETO SEMEAR É CUIDAR	LOGOTIPO COMEN	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FEART	OUTUBRO ROSA	DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA	PICADAS DE ESCORPIÃO	IPTU 2026
-	IPTU 2025	-	MAIO AMARELO	PROJETO VIVER MELHOR	AMADORZÃO 2025	-	-	DIA DO IDOSO	EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA	DEZEMBRO VERMELHO	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Inovação do SUS

DESPACHO

Nº do Processo: 3524709.420.00005182/2026-69

Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

Assunto: Ofício PRE nº 016 / REQUERIMENTO 047/2026

Em atenção ao Requerimento nº 047/2026, no que se refere aos questionamentos direcionados à área da Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde informa:

a) Valor total empenhado na aquisição de medicamentos em 2025

No exercício de 2025, o valor total empenhado para aquisição de medicamentos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde foi de R\$ 4.629.100,46, considerando as dotações orçamentárias destinadas à Assistência Farmacêutica.

b) Relatório de eventual falta ou desabastecimento registrado nas unidades de saúde

A Secretaria Municipal de Saúde esclarece que, ao longo do exercício, ocorreram situações pontuais e temporárias de indisponibilidade de determinados medicamentos, decorrentes de fatores externos à gestão municipal, tais como atrasos por parte de fornecedores, descontinuidade de fabricação, fracasso ou cancelamento de itens em processos licitatórios, bem como oscilações de mercado e dificuldades logísticas na cadeia de distribuição, sendo permanentemente monitoradas pela Assistência Farmacêutica, com adoção de medidas administrativas para recomposição dos estoques e garantia da continuidade do atendimento à população.

c) Informação sobre eventual contingenciamento ou limitação de empenho na área da Saúde no mesmo período

Informa-se que não houve contingenciamento ou limitação de empenho na área da Saúde no exercício de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Conceição de Oliveira Camilo**, **Secretaria de Saúde**, em 24/03/2026, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1059276** e o código CRC **D8223769**.

Referência: Processo nº 3524709.420.00005182/2026-69

SEI nº 1059276

Despacho SES (1059276)

SEI 3524709.420.00005182/2026-69 / pg. 1



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto**, **Prefeito**, em 30/03/2026, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1079817** e o código CRC **6D02418E**.

Referência: Processo nº 3524709.420.00005182/2026-69

SEI nº 1079817